



**DEMOCRACIA, SOBERANIA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
DIREITOS CIVIS E INCLUSÃO SOCIAL**

**UM PROJETO
PARA O BRASIL**

PATROCINADORES

CLUBE DE ENGENHARIA
RIO DE JANEIRO

COMITÊ FLUMINENSE DO PROJETO BRASIL NAÇÃO

AGOSTO/2018

UM PROJETO PARA O BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PROPOSTAS

SÍNTESE DOS EVENTOS HAVIDOS

EVENTOS

INTRODUÇÃO

O Clube de Engenharia e o Comitê Fluminense do Projeto Brasil Nação, em parceria, apresentam à consideração de atores políticos do campo democrático os resultados alcançados com a realização de quatro eventos, no segundo trimestre de 2018, tratando dos temas: Construção de um Estado Democrático de Direito, Soberania, Desenvolvimento Econômico, Direitos Civis e Inclusão Social.

O objetivo pretendido, até aqui plenamente alcançado, é discutir e articular com partidos políticos, sindicatos, associações e movimentos sociais a possibilidade de **Um Projeto Para o Brasil**. Inspirado no Manifesto Projeto Brasil Nação, lançado em 2017 com um grande número de assinaturas, busca-se formular um Projeto que seja, mesmo com convergências e divergências, em suas grandes linhas comum a todas essas forças.

Foram realizados os quatro debates sendo, em cada um deles, discutido um dos grandes temas mencionados. A Síntese aqui apresentada agrupa e articula as conclusões dos debates havidos e pretende sensibilizar os atores sociais e ressaltar a necessidade inadiável de haver um projeto estratégico de longo prazo para a Nação brasileira. E, nessa perspectiva, são apresentadas Propostas que poderiam compor **Um Projeto Para o Brasil**.

Pretende-se alcançar a unificação das forças democráticas e progressistas, que possa fazer frente – em eleições diretas e gerais, e além delas – ao rolo compressor da atual ofensiva neoliberal e conservadora que ocorre tanto no Brasil como em toda a América do Sul.

PROPOSTAS

Tendo em vista discussões havidas nos quatro eventos realizados no segundo trimestre deste ano, patrocinados pelo Clube de Engenharia e pelo Comitê Fluminense do Projeto Brasil Nação, essas entidades apresentam à consideração da sociedade civil e da sociedade política, especialmente suas lideranças legislativas, as propostas indicadas a seguir.

I – Reafirmar a importância das eleições, diretas e gerais, para a Presidência da República, Governos Estaduais, Senado, Câmaras Federal e Estaduais, a serem realizadas em outubro de 2018.

II – Submeter à soberania popular, mediante a realização imediata de plebiscito ou referendo, previstos nos Incisos I e II, do Art. 14 da Constituição Federal, e referente ao congelamento dos gastos públicos, especialmente os destinados à Saúde e à Educação, por 20 (vinte) anos, imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

III – Tomar providências para revogação de:

(a) decisões que determinam retrocessos e afetam negativamente a Saúde e a Educação públicas; as relações trabalhistas (CLT) e estruturas Sindicais; a Ciência, Desenvolvimento Tecnológico & Inovação e as atividades culturais;

(b) medidas que levam ao desmonte da Petrobras como petroleira integrada, e que possam resultar na desnacionalização de suas subsidiárias ou das reservas do Pré-Sal, tal como a Lei nº 13.335, de 29/11/2016.

IV - Promover políticas que reduzam as desigualdades sociais, tanto as estruturais, tais como de saúde, educação, acesso à Justiça, criação de empregos não precários, valorização salarial, tributação mais justa e aprimoramento da mão de obra, como as compensatórias, tais como cotas e distribuição de renda.

V - Assegurar o ensino básico público gratuito de qualidade, em horário integral, com a valorização e incentivo à melhor qualificação dos professores, e promover a reflexão e a liberdade de expressão no ambiente escolar.

VI - Manter as universidades públicas gratuitas, garantindo a liberdade de pensamento e expressão, e a acadêmica, necessárias à criação de conhecimento e

garantindo os meios financeiros para sua sobrevivência e aprimoramento.

VII – Prover nos orçamentos da União, os recursos necessários para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, e recriar o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

VIII- Preservação da soberania sobre nosso território e conservação do patrimônio natural, impedindo a alienação de enormes extensões de terra a pessoas físicas ou jurídicas residentes e domiciliadas no exterior.

IX - Retomar as articulações políticas, econômicas, e em demais áreas, com o grupo dos BRICS, na UNASUL e no MERCOSUL, bem como buscar estreitamento das relações com o México.

X – Apoiar integralmente as proposições feitas pela Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET) no documento “Soberania e Desenvolvimento: Energia e Petróleo”, de maio de 2018.

XI – No campo da geração e transmissão de energia elétrica, preservar a integridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), não privatizando a Eletrobras, nem suas subsidiárias.

XII – Exercitar, ao abrigo do que dispõe o Artigo 9º e seus parágrafos do Estatuto da EMBRAER, os direitos assegurados à Ação Ordinária de Classe Especial da União (*golden share*), na apreciação pelo Conselho de Administração da empresa do recente acordo negociado com a Boeing, para preservar, integralmente e sob o controle soberano do Brasil e dos brasileiros, a tecnologia, a fabricação e a comercialização das aeronaves por ela desenvolvidas.

XIII - Regulamentar os Artigos 220 e 221 da Constituição Federal, para proporcionar à sociedade brasileira meios de comunicação, ideológica e politicamente plurais, incentivando e promovendo a cultura popular e regional, e eliminando os regimes de monopólio e oligopólio existentes.

XIV – Na política econômica, realizar reforma tributária que elimine o caráter regressivo da tributação atual; reduzir as taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro; regulamentar a mobilização dos recursos externos destinados à realização de investimentos produtivos no Brasil e restringir a movimentação de recursos exclusivamente destinados a aplicações financeiras.

XV – Promover a recuperação da atividade industrial, tanto em setores tradicionais, quanto naqueles modernos, que incorporam tecnologia de ponta (indústria 4.0), gerando empregos de qualidade e produzindo novos materiais, processos, equipamentos e sistemas.

XVI – Recuperar a capacidade de o Estado atuar como agente estratégico na promoção do investimento industrial, seja fomentando ou investindo diretamente quando couber, ou utilizando os bancos públicos, especialmente a CEF, o Banco do Brasil e o BNDES. Neste último caso, é necessário que o BNDES recupere sua capacidade financeira e condições operacionais de atuar como agente de fomento e indutor do desenvolvimento industrial.

XVII- Os agentes corruptores e os corruptos precisam ser julgados com justiça e observando normas e regramentos estabelecidos por nossas leis, mas sem destruir as empresas ou instituições. Elas precisam ser preservadas, pois são organizações portadoras de um enorme acervo de tecnologia de ponta e estão, muitas delas, atuando em projetos importantes para o desenvolvimento brasileiro. No contexto atual, isto se aplica especialmente às empresas brasileiras de engenharia.

XVIII – Formular e implementar uma Reforma Política a curto, a médio e a longo prazos, contemplando dentre outros objetivos e procedimentos:

(a) a constituição e organização de uma Democracia Participativa, consagrando a soberania popular na elaboração das políticas e na tomada das decisões importantes;

(b) a participação dos representantes do povo na composição dos três Poderes da República deverá favorecer uma distribuição de gênero, etnia e idade equilibrada e compatível com as características da população brasileira;

(c) a existência de Partidos, ideológica e politicamente plurais com a participação de filiados atuantes na formulação de seus programas e na fiscalização de suas atividades públicas e/ou governamentais de que participem, bem como nas eleições, em convenção, de seus quadros dirigentes.

SÍNTESE DOS EVENTOS HAVIDOS

Primeiro evento: CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A sociedade brasileira vive nos últimos tempos uma crise profunda caracterizada por ameaças crescentes à democracia e o enfraquecimento continuado do estado democrático de direito – nossas instituições, códigos e normas legais. A perversidade desse enredo é acentuada pelas desigualdades, discriminações e preconceitos. A democracia não se efetiva, nem se consagram os direitos assegurados nas normas da Constituição Cidadã de 1988, com os 10% dos brasileiros mais ricos recebendo, em termos globais, o mesmo que os 80% mais pobres. Tampouco com as mulheres ganhando, em média, 77% do que ganham os homens, e os pardos e os pretos recebendo, respectivamente, 57% e 55% da remuneração média dos brancos. Metade da área rural está nas mãos de 1% dos proprietários, o que espelha o enorme desequilíbrio patrimonial e produtivo existente entre os latifundiários e a agricultura familiar. Será um estado democrático de direito onde – em 2017 – ocorreram 61 assassinatos de camponeses, 118 assassinatos de indígenas?

Estamos ainda nos princípios dos tempos coloniais, época das sesmarias e das capitanias hereditárias, quando um por cento dos habitantes controlava a propriedade e a produção do solo agrário brasileiro. O atual e ilegítimo governo brasileiro está unido e alinhado com o neoliberalismo, a burguesia rentista e a banca internacional, aprovando a Emenda Constitucional nº 95, que congela, por vinte anos, todos os gastos públicos – exceto os juros da dívida – acarretando prejuízos e retrocessos aos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, investimentos em infraestrutura. Destrói a CLT e a estrutura sindical, tornando precárias as relações de trabalho entre patrões e empregados, e negando a estes, condições de associação para que se fortaleçam nesse relacionamento.

A crise atual, a mais grave da história republicana brasileira, gera uma gravíssima decomposição dos poderes constitucionais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Isso ocorre porque existem outros poderes, até mais fortes, como o poder da mídia, que é o reflexo de algo ainda mais forte, que é o poder econômico.

Um dos componentes da tragédia brasileira é a ausência de ruptura e a permanente conciliação. A estrutura de dominação sempre permanece intacta pois

quando se chega a um impasse, a crise é resolvida às custas dos direitos dos trabalhadores e dos menos favorecidos. Na história brasileira, durante os últimos setenta anos, houve sucessivas “rupturas”: em 1954, 1955, tentativa em 1961, em 1964, em 1968, em 2016 – sempre sob o comando e com a “administração” da classe dominante.

No início deste século, com os dois mandatos de Lula, ocorreram bem comportadas distribuições de renda, de cidadania e de saber, mas tais mudanças não se enraizaram. A despeito delas, ocorreu o impedimento da Dilma, em 2016, com consequências muito abrangentes e, até agora, vem avançando sem reação ou contestação eficaz da sociedade brasileira. Continuamos sem desenvolvimento econômico soberano, sustentável e socialmente inclusivo. Pior que isso, retrocedemos ladeira abaixo sem qualquer perspectiva. Precisamos, com urgência, de Um Projeto Para o Brasil.

A democracia como um sistema de governo, na Europa do início do Século XX, passou a ser criticada por ineficiência e instabilidade, porque os governos parlamentaristas caíam com frequência. Criticada e substituída por fascismos que foram surgindo, fortalecendo-se e se expandindo. Tais críticas graves surgidas há um século, objetivamente, resultaram em mais de cinquenta milhões de mortos em duas grandes guerras mundiais.

No Brasil, onde a democracia é bastante jovem, começam agora a surgir críticas, igualmente graves e frequentemente pertinentes, pela questão da representatividade, quase completamente destruída pela influência do dinheiro. Os governantes não são representantes de seus eleitores, mas sim de seus financiadores, especialmente os de suas campanhas eleitorais.

Ademais, não existe na sociedade brasileira a prática e uma cultura política democrática. É difícil praticar a democracia porque a maioria demanda igualdade plural e democrática, mas a minoria, que efetivamente domina, não quer porque tais demandas atingiriam seus privilégios.

Mas não há um substituto melhor para a democracia, como sistema de governo. Precisamos aperfeiçoar a nossa democracia tornando-a muito mais participativa, e assim, consagrando e fortalecendo a soberania do povo brasileiro na governança do nosso país.

Já possuímos experiência desta participação e inúmeros exemplos bem sucedidos, tais como a gestão participativa dos orçamentos municipais. Especialmente, pela sua magnitude e expressividade dos resultados obtidos – na Cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1980, conduzida pelo Prefeito Saturnino Braga.

Por outro lado, e embora tenha sido pouco utilizada, a Constituição Cidadã de 1988, criou a possibilidade de iniciativa popular na apresentação de Projetos de Lei junto ao Congresso Nacional.

A mais recente e bem sucedida experiência de democracia participativa ocorreu nos governos do Presidente Lula, a partir de 2003, com a realização de mais de meia centena de Conferências Nacionais, resultantes de encadeamentos estaduais e municipais, sobre temas de interesse econômico e/ou social para a população. Igualmente relevante foi a criação e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizando reuniões periódicas, com a presença do Presidente da República, de Ministros de Estado e de lideranças empresariais, dos trabalhadores e dos movimentos sociais, para debater e decidir sobre questões relevantes para o desenvolvimento econômico e social do país.

O aperfeiçoamento da democracia requer uma ampla e abrangente reforma política, que consagre esses procedimentos de consulta e participação do povo, bem como, outras mudanças relevantes nos processos eleitorais e no funcionamento dos órgãos e instituições do estado democrático de direito.

- o O o -

Segundo evento: SOBERANIA

A soberania é a capacidade que uma sociedade tem de se organizar de acordo com certas normas de convivência social e, ao mesmo tempo, de impedir que outros países interfiram decisivamente em assuntos de natureza política, econômica, social e, até mesmo, no campo militar. É um princípio das Nações Unidas a igualdade soberana dos Estados dentro de suas fronteiras, para definir tais normas de convivência social.

Não obstante essa formulação teórica, o sistema internacional não é democrático. Ao final da II Guerra Mundial, os Estados Unidos exerciam uma hegemonia extraordinária. Organizaram as Nações Unidas e, no âmbito desse conjunto significativo de nações, criaram também o Conselho de Segurança com a participação de apenas cinco Estados, os que então monopolizavam a força militar. Organizaram também o sistema econômico: criaram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o GATT, que deu lugar à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, os Estados Unidos organizaram o mundo no campo político e no campo econômico. Posteriormente, com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, organizou também no campo militar. Mesmo tendo a indústria nuclear, somente chegaram às armas atômicas mediante processos que purifiquem o urânio a 90%. Assim organizaram o mundo como um sistema imperial sob a sua hegemonia, onde o tema soberania é uma questão retórica.

Nesse sistema imperial existem “províncias” *desenvolvidas* que são os principais países europeus; existe a *periferia* que são os países pobres do continente europeu e as ex-colônias africanas. Fora do Império existem províncias *contestadoras* (Rússia, China) e as províncias *rebeldes*: a Venezuela, o Irã, a Coreia do Norte (alguns destes têm a bomba atômica...).

E o Brasil é uma província *submissa*, ou seria uma *rebelde*? Nunca na história do Brasil um governo foi tão contra a soberania nacional como o ilegítimo governo atual. Isso ocorre na política fiscal (Emenda Constitucional nº 95 congelando todos os gastos públicos por vinte anos, exceto o pagamento de juros aos rentistas nacionais e internacionais); na redução em termos absolutos, dos recursos orçamentários destinados à ciência, tecnologia e inovação, inclusive eliminando a existência de um Ministério específico, encarregado desses assuntos.

Ocorre também em todos os setores produtivos de bens (desmonte e privatização da Petrobras, bem como, venda de reservas do Pré-Sal), ou de serviços públicos (energia elétrica), ou de serviços e assistência social (a saúde, a educação, a previdência social); destrói a engenharia brasileira, suas equipes de profissionais capacitados e experientes e o acervo técnico acumulado em mais de oito décadas; e muitos outros. Efetivamente, nesta quadra de sua História o Brasil é província *submissa*!

Diante dessa situação é necessário e urgente recuperar a soberania brasileira para poder fazer o desenvolvimento, fazer a justiça social e fazer a democracia. Também é muito importante destacar que não há desenvolvimento soberano sem engenharia própria. Além de políticas de estímulo, de oferta adequada de financiamentos e de outros incentivos, é imprescindível a construção da capacidade, o investimento produtivo, que agrega valor às matérias primas, que gera emprego e renda. E esta construção não existirá se não houver engenharia com profissionais competentes, conhecedores de nossas carências e potencialidades, atualizados e familiarizados com as novas tecnologias e inovações.

Existe uma correlação consistente entre o consumo *per capita* de energia e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): quanto maior for o consumo de energia *per capita* maior será o IDH. E nessa questão a posição do Brasil não é boa. O consumo brasileiro é equivalente ao do Paraguai, e para chegar ao consumo norueguês, teríamos que multiplicar por quatro, para alcançar o consumo norte americano, teríamos que multiplicar por seis. Como é que o petróleo do Pré-Sal pode contribuir para avançarmos nesse aspecto? O Brasil precisa ter soberania; é necessário planejamento; tem que haver engenharia brasileira; tem que haver Itamaraty, defendendo nossos interesses; tem que haver Forças Armadas atentas e preparadas. Em suma, tem que ter política pública ativa sinalizando e sustentando essa trajetória.

É preciso agregar valor ao petróleo aqui produzido, nas refinarias, no setor petroquímico, na produção de fertilizantes. Também indispensável é aproveitar toda a extensão da cadeia produtiva, a montante e a jusante, da pesquisa e produção de petróleo, para desenvolver internamente a produção de novos materiais, componentes, equipamentos e sistemas – o conteúdo nacional. O ritmo de exploração do Pré-Sal precisa ser compatível com o pleno e soberano aproveitamento das oportunidades existentes.

Não podemos nos tornar exportadores de petróleo bruto, pois na história mais que centenária da exploração do petróleo, como insumo energético, não existe qualquer país que tenha se desenvolvido produzindo e exportando petróleo bruto por multinacionais.

Outra questão importante a ser considerada é a preservação da Petrobras como uma empresa integrada: exploradora e produtora de petróleo, responsável por atividades de refino e investindo na infraestrutura da distribuição de gás natural, mantendo e ampliando suas atividades de comercialização de derivados. Cabe também avançar na produção de petroquímicos e de fertilizantes e defensivos para a produção agrícola.

No entanto, a construção de inverdades sobre a situação econômico-financeira da Petrobras, intensificou-se muito a partir das revelações da Lava-Jato em 2014, e criou-se o mito da Petrobras quebrada. Mas a Petrobras, com reservas sempre acima de 20 bilhões de barris de petróleo e gás, com excelente geração de caixa anual e liquidez corrente elevada, nunca precisou de socorro de caixa da União. As Auditorias Internacionais registraram ressalvas – e até retardaram a assinatura de balanços da Petrobras – mas, mesmo isso ocorrendo, nunca faltaram recursos à Petrobras, que sempre teve acesso a crédito e a rolagem de suas dívidas em condições satisfatórias.

Então, se construiu esse mito que tem sido utilizado para justificar a venda de ativos da Petrobras, desintegrá-la, transformando-a em mera produtora e exportadora de petróleo bruto. Isso é um crime de lesa-pátria e um atentado à soberania nacional, que não pode ser perpetrado.

Neste momento estamos vivendo o desmonte e a desconstrução da ciência brasileira; e também da tecnologia e da inovação. No entanto, além da C,T&I, a engenharia, a cultura e o povo são fundamentais para desencadear e avançar no processo de desenvolvimento soberano, sustentável e inclusivo de qualquer nação. Também importante é que haja disponibilidade de informações corretas ao alcance da população; é preciso haver uma cultura da verdade, com fundamentos ideológicos e políticos plurais, que desperte e alimente o senso crítico do povo e assim lhe permita exercer com plenitude seus direitos e responsabilidades de cidadania.

O número de pesquisadores titulados cresceu bastante: entre 2010 e 2016 o número de Mestres cresceu 51% e o de Doutores 82%. Também a produção científica (número de *papers*), mas no contexto mundial ainda é pequena – apenas cerca de 3%, enquanto que nos Estados Unidos alcança 27%; na China 15,6%; Alemanha 7%; França 5%.

É pequena mas, em alguns assuntos, o Brasil se destaca: no campo da agricultura tropical, em alguns ramos da engenharia e em algumas áreas biomédicas. O exemplo da Petrobras é emblemático: a descoberta do Pré-Sal e a sua pesquisa, exploração e produção constituem um processo tecnológico complexo. Foi descoberto, está sendo pesquisado e produzindo com o suporte de inovações e tecnologias desenvolvidas no CENPES e nas Universidades, com o empenho de trabalhadores, geólogos, engenheiros e pesquisadores de inúmeras especialidades.

O Brasil tem ocupação territorial pela ciência, tecnologia e pela educação, muito desigual. Há uma concentração histórica no Rio de Janeiro; em São Paulo é mais recente; no Nordeste melhorou; no Norte ainda é muito pequena. A Amazônia inteira, que é a metade do território nacional e tem um potencial gigantesco na área de botânica, na área de biodiversidade, tem apenas um curso de pós-graduação de qualidade, em botânica. Falta uma política pública para definir as capacidades necessárias, e aí os sistemas de ciência e tecnologia de nossas universidades têm que ser mais voltados para a realidade nacional.

Nos últimos anos houve um movimento importante no Brasil: a criação dos institutos federais, no país inteiro. Mas pode-se dizer que a qualidade está precária, que existem dificuldades. Hoje tem um problema grande de insuficiência qualitativa de infraestrutura, todavia estes percalços não afastam a importância do programa. Constrói-se uma nação ocupando geograficamente o território. Mas também é indispensável ocupá-lo científica, educacional e economicamente, em todas as suas regiões. O Brasil tem, também nesse aspecto, uma desigualdade secular que precisa ser superada.

Tendo como referência indicadores internacionais, a posição do Brasil não é boa. E se forem considerados nossos alunos nas universidades, nos colégios militares, nos colégios de aplicação das universidades e nos institutos federais – todas elas instituições públicas – a média brasileira é maior do que a da Europa. Então, por que nossa posição não está bem? É porque lá tem ensino integral, tem professor, tem laboratório e tem um ambiente de trabalho. Para mudar o cenário qualitativo

da educação brasileira, o que existe na Europa é um exemplo a ser considerado; no entanto aqui falta política para fazê-lo.

E agora estamos num retrocesso. Antes avançávamos com limitações, mas hoje vivemos um processo de desconstrução. Atualmente, no Brasil, um grupo privado de educação superior tem praticamente o mesmo número de alunos que todas as universidades públicas brasileiras. Não há país desenvolvido que tenha essa proporção tão elevada de alunos na universidade privada.

Este desmonte gravíssimo evidencia-se com nitidez quando se compara o Orçamento de Custeio e Capital do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) deduzidos dos Contingenciamentos orçamentários e reduzido ao Limite de Empenho. Esse indicador, que se situava em cerca de R\$ 6 bilhões em 2005 elevou-se a R\$ 9 bilhões em 2010 e retrocedeu para R\$ 3 bilhões em 2017. Duas questões agravam este cenário já tão tenebroso: a Emenda Constitucional nº 95 que congela os gastos públicos federais por 20 anos; e a extinção do MCTI ocorrida em 2016, pois ele foi fundido com o Ministério das Comunicações. Tal cenário é mortal para o desenvolvimento soberano do Brasil! Como uma Nação que assim procede, reduzindo e congelando gastos com ciência, tecnologia e inovação será soberana?

Mais uma consideração sobre o tratamento que vem sendo dado à C,T&I no Brasil: é o total de recursos aplicados por iniciativa pública e por empresas privadas. No cenário mundial até 2010 o Brasil encontrava-se em 13º lugar aplicando anualmente 1,0% do PIB e os cinco primeiros – Coreia do Sul, Japão, Alemanha, Estados Unidos e China – aplicavam, em média, aproximadamente 3% dos respectivos PIBs. Mas considerando a magnitude diferenciada desses PIBs, em termos absolutos, a posição do Brasil é insignificante. Estados Unidos, China e Japão – os três que mais aplicaram em termos absolutos – alcançaram respectivamente U\$ 364 bilhões; U\$ 224 bilhões e U\$ 166 bilhões. O Brasil apenas U\$ 20 bilhões.

Como o Brasil pode competir? Como pode ter soberania sem ciência, sem tecnologia, sem engenharia? Então esta questão do desmonte das instituições que cuidam de C,T&I e a escassez de recursos é seríssima e é necessário uma batalha cotidiana para resistir a isso.

- o O o -

Terceiro evento: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Pensar e discutir o Desenvolvimento Econômico como parte de uma reflexão que também envolve Democracia, Soberania e Inclusão Social tem muito sentido, pois os quatro temas são fundamentais para o Brasil. Sem soberania não seremos capazes de fazer escolhas subordinadas exclusivamente ao atendimento do interesse nacional. A democracia é o contexto político e social onde as escolhas passam pelo crivo da população, com discussões e debates ideologicamente plurais, e onde conflitos são resolvidos tendo em vista o bem comum. E o processo de desenvolvimento deve contemplar a inclusão social, especialmente numa situação de tanta desigualdade como a existente no Brasil.

Estamos enfrentando uma crise econômica brutal, com queda do PIB, recessão e desemprego recordes. E isso acaba gerando uma crise política e institucional. Neste enredo comparece – até como autor – um governo antinacional, antipopular, antidesenvolvimento, que toma medidas que agravam essa situação. É o caso da Emenda Constitucional nº 95 que congela os gastos públicos por 20 anos, sacrificando o investimento público gerador de emprego, a saúde, a educação, a segurança, a previdência, as relações de trabalho – tudo isso em função de uma lógica fracassada. Tais questões e mais o desmonte de empresas estatais como a Petrobras, que vem sendo desfolhada sucessivamente, na rota perversa de se tornar uma empresa pequena, produtora exclusivamente de petróleo bruto, e subordinada a três ou quatro grandes petroleiras multinacionais. A Eletrobras e suas empresas, nos últimos 70 anos, construíram um sistema hidroelétrico interligado, de dimensões continentais, atuando em todas as grandes bacias hidrográficas do Brasil. Está igualmente ameaçada com a privatização de suas usinas e reservatórios de água. São empreendimentos de grande porte, organizados e administrados buscando o uso múltiplo da água dessas bacias, com benefícios inestimáveis às atividades agrícolas, às populações lindeiras e à preservação ambiental.

E o BNDES é apequenado pela devolução antecipada de adiantamentos/empréstimos, feitos a ele pelo Tesouro Nacional, e desvirtuado de suas características de banco de fomento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com as alterações em suas políticas operacionais, especialmente com a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Esses encargos financeiros são equivalentes aos cobrados pelos bancos privados, e com outras mudanças – como a securitização dos créditos – é posto a

serviço do mercado de "investimentos" financeiros em detrimento do apoio incentivado e necessário aos investimentos produtivos, geradores de riqueza e de empregos.

Na verdade, são as atividades industriais manufatureiras e as estruturas econômicas que têm a indústria como elemento dinâmico, que caracterizam a geração de riqueza, a prosperidade e o dinamismo dos países desenvolvidos. Historicamente a presença e a atuação do Estado no desenvolvimento econômico se dá por meio de dois mecanismos: a **proteção** e os **incentivos**.

Em cada época histórica, existindo contextos diversos, tais mecanismos se revestem de particularidades que resultam em formas diferentes para fazer a mesma coisa. São diretrizes determinadas por uma política científica, tecnológica, industrial e de comércio exterior.

Com tal perspectiva histórica, e para nós também periférica, vamos fazer o que as nações ricas e hegemônicas nos dizem para fazer – como observar e adotar as diretrizes do consenso de Washington - ou vamos fazer o que elas fizeram para se tornarem desenvolvidas, e continuam fazendo para assim se manterem?

Seguindo o exemplo dos países ricos, precisamos formular o modelo de desenvolvimento que recupere a centralidade do papel do Estado, que é a sua capacidade de induzir o desenvolvimento. Igualmente da indústria, que após a revolução digital está associada aos serviços. Esse binômio constitui, hoje, o motor do desenvolvimento. Produzir grãos não é equivalente a produzir computadores ou aeronaves. Não são as horas de trabalho requeridas por uma alternativa ou incorporadas na outra, que vão determinar se tem equivalência numa relação de troca. Ao invés de buscar especialização no setor primário, cabe buscar a diversificação da economia com o apoio à indústria, um sistema de produção complexo, bem como no setor de serviços sofisticados, além do apoio a um sistema nacional de inovação, que alimente esta indústria para que ela se modernize e desenvolva.

Precisamos igualmente de uma macroeconomia não hostil ao desenvolvimento. Mantida a inflação sob controle, é necessário uma combinação de juros e de câmbio compatíveis com os objetivos de propiciar o investimento industrial produtivo e competitivo. Assim poderá superar concorrências descabidas, com importações privilegiadas em decorrência da valorização irreal da nossa moeda.

Precisamos construir um pacto político nacional equivalente àquele nascido nos anos de 1940, em decorrência das discussões havidas entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Igualmente necessário é recuperar a demanda efetiva pela melhoria da distribuição de renda e do consumo da população, conjugada com a retomada dos investimentos públicos e privados, necessários à remoção de gargalos e insuficiências que são responsáveis pelo “custo Brasil” de alguns bens e serviços.

Pensar em um projeto de desenvolvimento para o Brasil não é apenas uma questão econômica. É necessário, de um lado, avaliar o contexto externo em que o país está inserido, bem como é mandatório verificar quais são as nossas capacidades e carências internas. No primeiro tema, do ponto de vista da hegemonia internacional, a unipolaridade norte-americana é ameaçada pela presença da China, talvez o único país capaz de confrontar o projeto americano, se não hoje, possivelmente a médio prazo. Duas outras questões nesse contexto precisam ser consideradas. De um lado ainda estão presentes consequências perversas da crise econômica de 2008/09, com a financeirização da atividade econômica e de outro lado, a evidência de uma revolução tecnológica, abrangente e avassaladora. Tal combinação de disputa hegemônica - liberalismo exacerbado e desafiadora revolução tecnológica – constitui um cenário complexo mas, certamente, representa uma oportunidade para o Brasil.

No que respeita às nossas capacidades e carências, em primeiro lugar cabe referir que constituímos potencialmente um grande mercado consumidor, pois somos hoje mais de 200 milhões de brasileiros. Todavia, nossa Constituição Cidadã de 1988, embora tenha consagrado um novo pacto distributivo, explicitou a necessidade de Leis Orgânicas específicas para atender a tal pacto, o que, na realidade retardou sua implementação. Por outro lado, a exacerbação do liberalismo criou para a nossa burguesia oportunidades de rendimentos mais fáceis e com retornos financeiros mais rápidos, do que o investimento produtivo.

Tal encaminhamento resultou numa série de carências efetivas e demandas sociais: mobilidade urbana, saneamento, habitação popular, saúde e educação públicas de boa qualidade, e muitas outras. E o atendimento a estas necessidades precisa ter acolhimento no Projeto para o Brasil mediante uma estratégia de investimentos produtivos, de bens e serviços, fomentado e induzido pelo Estado, incorporando novas tecnologias e atraindo os empresários brasileiros. Associa-se assim o atendimento das carências e a superação das desigualdades sociais a um

desenvolvimento industrial moderno e competitivo, gerador de riquezas e de empregos de qualidade. É portanto, uma associação virtuosa.

Temos também que promover ajustes em nossa política macroeconômica nas três áreas – fiscal, monetária e cambial. Uma das providências essenciais para que se consiga efetivar tais ajustes é reduzir nossa abertura total à mobilidade de capitais. No caso da política fiscal é indispensável uma reforma tributária, simplificando e ajustando o caráter regressivo da tributação, alcançando inclusive sua incidência na estrutura federativa. Ademais, no cenário brasileiro atual orienta-se o equacionamento do déficit fiscal com o inusitado congelamento dos gastos públicos por 20 anos, como determina a Emenda Constitucional nº 95, que também precisa ser revista.

O Brasil é país de grandes dimensões, com abundância de água tanto em inúmeras bacias hidrográficas cobrindo todo o território, quanto pelas reservas de aquíferos subterrâneos. A floresta amazônica é a maior floresta tropical do mundo e responde por cerca de 20% de todo o oxigênio presente na atmosfera. Ainda, tem potencial muito importante para utilização no campo da biodiversidade. Inexistem áreas desérticas e são abundantes as terras agricultáveis, com relevo e fertilidade favoráveis. Entretanto, durante a maior parte dos 500 anos desde a sua descoberta, o Brasil constituiu uma província colonial, extrativista e exportadora de produtos primários. Não dispúnhamos de carvão mineral e até recentemente, também não tínhamos petróleo; então nossa energia provinha da lenha, da roda d'água e do trabalho escravo.

Duas consequências perversas decorreram desse cenário: (a) a nossa industrialização foi retardada pois, por exemplo, somente cerca de quatrocentos e cinquenta anos após a descoberta produzimos aço, na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), utilizando processos e escala de produção adequados; (b) e sem industrialização, não melhoramos a renda do trabalho e, apesar do grande contingente populacional que temos, o trabalhador ainda não se tornou um consumidor habitual. Tal situação ficou agravada com a abolição da escravatura, realizada somente 400 anos após a descoberta, e também pela forma excludente de que ela se revestiu.

Somente a partir dos anos 1940 – meados do quinto século após o descobrimento do Brasil – passamos a ter um efetivo desenvolvimento industrial. Apesar dos percalços políticos e sociais havidos, avançamos bastante na instalação de

indústrias, modernas e pesadas, usuárias e também geradoras de tecnologias modernas incorporadas em novos materiais, processos, equipamentos e sistemas. A Constituição de 1988 consolidou o fim da ditadura militar, consagrou normas de melhor justiça social que, todavia, passaram a se efetivar somente ao longo da primeira década e meia do Século XXI. Fato relevante a destacar neste último período foi a descoberta do Pré-Sal na Amazônia Azul.

Juntamente com a produção de energia hidroelétrica, a exploração do Pré-Sal e produção de petróleo no Sistema de Partilha, tendo a Petrobras na liderança e desempenhando papel destacado, darão ao Brasil - mais de quinhentos anos após a descoberta - autossuficiência em energia. Ademais, considerando a extensão enorme da cadeia produtiva, a montante e a jusante da exploração e produção de petróleo, haverá oportunidade única para desenvolver uma indústria de ponta na oferta de materiais e equipamentos, para a produção de petroquímicos e insumos de variada serventia para a indústria e a agricultura. É indispensável estabelecer **conteúdo local** mínimo para os investimentos a serem realizados, bem como **agregar valor** ao petróleo produzido, não se tornando a Petrobrás, nem o país, meros exportadores de óleo cru.

Nos anos 1950/60 começamos internamente o ciclo barrageiro para a construção de hidroelétricas, o que, juntamente com a construção de Brasília, permitiram que se formassem, e muito se fortaleceram nas décadas seguintes, nossas empresas de engenharia. Criaram e acumularam competência na concepção de projetos, de novas tecnologias, bem como na construção e instalação de grandes empreendimentos no Brasil e, posteriormente até no exterior. No entanto, nos últimos anos, a pretexto do combate à corrupção, estão sendo destruídas de forma generalizada e com grande rapidez. É óbvio que os agentes corruptores e os corruptos precisam ser julgados com justiça e observando normas e regramentos estabelecidos por nossas Leis e, se condenados, deverão ser exemplarmente punidos. Mas as empresas precisam ser preservadas. São organizações possuidoras e portadoras de um enorme acervo de tecnologia de ponta, estão muitas delas desenvolvendo projetos importantes para o desenvolvimento brasileiro, para a geração de empregos de qualidade e em quantidades expressivas, e para o fortalecimento da inserção soberana do Brasil no contexto mundial. Por tudo isso precisam ser preservadas, pois constituem um patrimônio intangível, mas de grande valor, do povo brasileiro.

O que fazer? Tem que ser pela via democrática porque a história demonstra que o autoritarismo nada resolve. Mas é preciso que o processo democrático seja, efetivamente, conduzido de acordo com os interesses do povo brasileiro. Temos que desenvolver o mercado interno mediante eficaz e efetiva política de distribuição de renda que permita à população brasileira alcançar patamares mais elevados de apropriação da riqueza nacional e com a redução significativa das discriminações e desigualdades sociais. Igual e simultaneamente necessário é resguardar o mercado brasileiro de ataques das nações exportadoras, monopolistas ou não, de produtos e serviços necessários ao desenvolvimento econômico soberano e sustentável do Brasil.

Além da preservação das empresas de engenharias brasileiras, como acima referido, não podemos permitir a desnacionalização das empresas brasileiras que ocupam posição de destaque em setores estratégicos pelos produtos e serviços que fornecem. É o caso típico de algumas empresas privadas, e principalmente de empresas estatais que estão sendo desnacionalizadas sob o pretexto de privatizações para superar as chamadas dificuldades financeiras inexistentes, como é o caso da Petrobrás e também da Eletrobrás. Constituem crimes de lesa-pátria tais procedimentos.

- o O o -

Quarto evento: DIREITOS CIVIS E INCLUSÃO SOCIAL

Algumas passagens da história brasileira demonstram que não temos um pacto efetivo para a inclusão social. Há sim, pactos para excluir e um dos pactos mais importantes dessa natureza foi se criar uma Lei de Terras, alguns anos antes da abolição da escravatura. Esse fato de um lado permitiu, sem rupturas e paulatinamente, substituir a fortuna da elite brasileira, até então constituída pela propriedade de escravos, por ativos em extensões de terras regularizadas e obtidas ao abrigo desse dispositivo legal. Por outro lado, essa mesma lei foi excludente, não permitindo aos escravos libertos o acesso a tais ativos que até então, eram os únicos com os quais podiam trabalhar.

Na era Vargas, a modernização e os direitos sociais não incluíram a área rural, pois se destinavam aos trabalhadores formais, do processo de industrialização que então começava. A consequência a médio prazo e que nos afeta até hoje foi a migração desordenada dos trabalhadores e da população para as áreas urbanas, que não tinham qualquer planejamento e eram incapazes de proporcionar condições de vida e desenvolvimento social minimamente satisfatórios.

A Previdência Social, criada então, foi estruturada como política estatal com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – os IAPs – nos anos de 1930. Esse modelo corporativo de inclusão social, vai atender apenas a uma parte minoritária, a dos trabalhadores formais, e os benefícios concedidos em setores de atividades diversas eram diferenciados. Duas insuficiências desse modelo: (a) atendia apenas a uma parcela de trabalhadores formais e, (b) dentre os atendidos os benefícios eram diferenciados, conforme fosse o setor empregador. Em outras palavras, esse modelo apresentava dois problemas: a exclusão dos que ficam fora e a estratificação dos que estavam dentro! Estes dois problemas de origem foram se agravando à medida em que o país se desenvolvia e ampliava o contingente de trabalhadores formais. Nos anos de 1950 foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social e no Regime Militar, a partir de 1964, foi unificado o sistema e os trabalhadores foram afastados de sua gestão. Houve uma uniformização precária e somente na Constituição de 1988 tivemos a universalização dos direitos – os três Us que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) consagrava como essenciais para a adequada proteção social: *Unificada, Uniformizada e Universalizada*. Precisamos de noventa anos após a abolição da escravatura para chegar a esse ponto! São cerca de 20% do nosso tempo Histórico.

Nossa Constituição Cidadã de 1988 apresenta neste tema, uma incongruência interessante. Não sendo a esquerda majoritária no Congresso, como a Assembleia Nacional Constituinte e o resultado do seu trabalho pôde ser tão favorável aos direitos sociais? Isso parece ter ocorrido como consequência da mobilização popular, com as demandas dos movimentos sociais e também pela ausência de um grupo iluminado de juristas e de tutela do poder executivo de então. Isso favoreceu a expressão dos interesses populares, que naquele momento estavam mais organizados em termos de um projeto político. Isso é evidente no desenho do SUS e de todos os direitos da área de saúde, já apresentados pelo movimento sanitário cerca de dez anos antes do processo Constituinte.

A Constituição de 1988 traz essa ideia de participação desde o seu primeiro artigo. Consagra uma democracia eleitoral, mas também participativa e isso vai se expressar no Artigo 6º (dos Direitos Sociais) e no Artigo 14 onde aparecem algumas formas de participação: o referendo, o plebiscito e as leis de iniciativa popular, neste último caso dependente de legislação ordinária, o que a tornou muito restritiva. Pela primeira vez na história do Brasil a sua Lei Maior traz um título denominado **Da Ordem Social**, onde aparecem os direitos sociais e de cidadania. Anteriormente, os direitos dos trabalhadores do mercado formal eram parte da Ordem Econômica, mas a criação Da Ordem Social incluiu um conjunto de princípios sobre direitos sociais, com um núcleo que é chamado **Seguridade Social** (previdência, assistência e saúde). E para esse núcleo consagra-se também uma base financeira que será o Orçamento da Seguridade Social. Mas a utilização de forma indevida dessas possibilidades orçamentárias e dotações financeiras, foram se desvirtuando e contribuindo para complicar mais as áreas tributária e fiscal, principalmente.

Outra consideração relevante é que não basta ter os direitos sociais assegurados na Carta Magna. É preciso possibilitar que eles se materializem, mediante atos e ações das instituições e dos agentes públicos. Isso requer a disponibilização de meios suficientes, especialmente a dotação orçamentária e sua efetiva aplicação. A Constituição assegura os direitos, mas a sua efetivação institucional e financeira depende de legislação infraconstitucional. Neste caso, dos direitos sociais, é necessário a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que, somente foi aprovada cerca de dez anos após a Constituinte. Esse suporte institucional somente ocorrerá se houver alocação de recursos suficientes e execução orçamentária sem percalços, repetida anualmente. Tal necessidade somente será atendida se existir uma cultura de direitos universais e de igualdade.

É uma luta por hegemonia e nós não a travamos adequadamente. Fizemos muita luta institucional, mas não a transformação cultural que era necessária. Uma sociedade estruturada com base na desigualdade, desde os tempos coloniais até agora, não aceita um sistema universal de saúde igual para todos, assim como não aceita que os pobres andem de avião ou que entrem nas universidades. Então, por um lado precisamos desta evolução cultural e de outro, precisamos de atitudes políticas manifestadas com coerência e compromisso com a ordem social. E nós não temos partidos políticos que se comprometam efetivamente com essa luta.

O neoliberalismo chega nos anos de 1990 quebrando a hegemonia da esquerda, que se materializou na luta pelos direitos sociais. Tivemos então, uma reforma administrativa que propunha a privatização, bem como, transformar os serviços sociais em “publicizáveis”, ou seja, afastar o Estado como responsável por eles e passar para ONGs, OSCIPs, OSs; foram criadas as agências reguladoras e todo o aparelhamento organizacional para viabilizar, e generalizar, as parcerias público-privadas. Inaugura-se então, uma disputa acirrada pelos fundos públicos, pelo caminho da desvinculação de recursos orçamentários (as DRU, feitas anualmente), levando para o orçamento fiscal e destinando para pagar dívida e para suas necessidades correntes. O retrocesso caracteriza-se na execução do orçamento anual: os recursos alocados para prover os direitos sociais são reorientados (DRU) para o pagamento das dívidas e dos juros devidos aos bancos e aos mercados financeiros, inclusive do exterior.

Também é preciso referir a um conjunto de políticas públicas que suportavam os mais pobres através de sua inserção no consumo, na utilização de créditos subsidiados para a aquisição de eletrodomésticos, veículos ou de moradias. Criava-se uma “nova classe média”, com inserção dos mais pobres pela via do **mercado**. Mas a política social não é apenas o benefício que se entrega. Juntamente com ele está sendo construída uma sociabilidade que se pretende seja menos conservadora e menos individualista. Cria-se uma sociabilidade pró mercado e não uma sociabilidade solidária. Não basta melhorar a renda dos mais pobres para que possam aumentar o consumo e se incluam numa classe média menos discriminada. É preciso também, incluí-los com motivação político-ideológica. Pois desequilíbrios, desigualdades e exclusões sociais precisam ser culturalmente eliminados, forjando um pacto social pela sociabilidade solidária e não pela sociabilidade pró mercado.

É necessário olhar mais para a sociedade e menos para o Estado para entender o que está acontecendo hoje no Brasil. Toda a organização da cidadania, gerada para resistir à ditadura, foi deixada de lado, ficou amortecida com a redemocratização. Agora a sociedade está apresentando sua face e se revelando profundamente autoritária, racista, patrimonialista, segregadora. Nessa conjuntura, quando emergem as contradições, surgem ressentimentos, a intolerância e até o ódio. A disputa pela hegemonia está sendo travada inclusive por certas denominações religiosas mais recentes que a disputam mais na perspectiva do mérito e menos dos direitos. São posturas e ações mais familiares ao mercado e ao neoliberalismo. O racismo, por exemplo, é uma expressão social da desigualdade. Mas muitas vezes é uma desigualdade dentro de outra desigualdade. Há um racismo social que é territorial – as cidades partidas -, e há também uma combinação com o patriarcalismo. Nas comunidades negras proliferam situações de exacerbados patriarcalismos e machismos. É a mistura e a superposição de desigualdades: a territorial, a de raças, a de gênero, a de idades.

Como já foi mencionado, a Constituição de 1988 avançou ao consagrar direitos sociais, mas economicamente omitiu-se, não garantindo recursos financeiros para concretizá-los. Na realidade, com a Constituição não houve uma ruptura, pois foi uma concessão, tal como ocorreu na transição da ditadura, com a lei da anistia e a eleição indireta de Tancredo/Sarney. A cidadania perdeu no processo constituinte a oportunidade de conquistar, de ampliar e de compreender o que significam direitos sociais. Na cultura brasileira, privilégio é sistematicamente confundido com direitos. E dessa forma “favor” e “clientelismo” são partes de nossa cultura e resultam, inexoravelmente, em sujeição que é o contrário de autonomia cidadã. O autoritarismo, o racismo e o machismo combinados, estão na sociedade, na escola e na família. Esta é a nossa matriz social: a família patriarcal e autoritária, e superar esta condição é muito complexo, pois exige a mudança estrutural e cultural, de conquista da autonomia cidadã.

Mas, como avançar? É estratégico retomar e requalificar o próprio projeto de uma democracia social. Para tanto, devemos não manter a disputa restrita à questão do regime político. Temos que disputar ao nível da sociedade, nos espaços e oportunidades imediatos e cotidianos. Aí os atores – cidadãos e cidadãs - são sujeitos autônomos, em disputa na definição de suas normas, suas agendas, sua capacidade de ação em face do outro. Temos que avançar, retomar processos de disputa no interior da própria sociedade civil; isso caracteriza o conceito de **cidadania ativa**, que tem o poder instituinte numa sociedade democrática. Não é o

Estado – ele é o delegado da cidadania. Em suma, é necessário, democratizar a democracia.

A autonomia é uma característica fundamental da sociedade democrática. Garantir autonomia é assegurar o compartilhamento de saberes. Construir um novo saber trocando os saberes que temos – um com o outro – e esse novo saber empodera ambos. Assim, todo conhecimento é um bem comum. Pois só se produz com a troca; e há absurdo maior que a chamada propriedade intelectual? Democracia sob esse ponto de vista é disputa permanente na sociedade, na cultura, na economia, na política. Não é uma forma de buscar consensos, embora muitas vezes eles possam ocorrer. A cidadania ativa põe sempre em questão, a institucionalidade em que vive; a luta de classes que se expressa em disputa democrática, torna-se um motor transformador. A luta por direitos não é um problema, é força transformadora. Na visão liberal a democracia somente serve como regime político para assegurar a competição no mercado.

Hoje temos o descrédito das camadas populares na democracia, pois muito pouco avançamos no enfrentamento do autoritarismo, do racismo e do patriarcalismo – segregadores e excludentes – e profundamente enraizados na sociedade em que vivemos. Temos que voltar a lutar com solidariedade levando em conta que somos diversos e considerar tal diversidade como um potencial e não um problema. A diversidade não é um estigma social e não pode ser motivo de exclusão, de segregação. Para construir igualdade e solidariedade, não podemos ignorar esta diversidade porque ela é uma realidade no seio da sociedade.

A disputa por hegemonia em termos políticos, de uma cultura bastante autoritária existente na sociedade brasileira, começa na década de 1970 e é o surgimento das igrejas neopentecostais. Vêm na esteira da ditadura militar e seguindo o modelo da Igreja Universal do Reino de Deus. Aproveita a oportunidade propiciada pelo fato de ter, o Estado brasileiro, uma estrutura legal que isenta de impostos e dá um tratamento fiscal privilegiado às Igrejas. O Estado isenta de impostos todas as igrejas, toda instituição religiosa, e isso foi pensado lá atrás, para manter os privilégios da Igreja Católica. Então, a partir dos anos de 1970 temos um modelo empresarial que se estabelece a partir da Igreja Universal do Reino de Deus, no Rio de Janeiro e que tem, posição bastante próxima do que a sociedade brasileira entende sobre negros, sobre macumbeiros, sobre favelados, e tal postura demoniza as práticas afro-brasileiras.

E estas práticas são muito naturais nas favelas, na periferia, e trazem inclusive, ações bastante heterodoxas de curas, de libertações, de “tirar o demônio”, da umbanda ou do candomblé ou de qualquer outro culto afro-brasileiro. Isso acontece porque na periferia, as pessoas nunca têm - e nunca tiveram - acesso à saúde. Ali tal benefício sempre é proveniente da benzedeira, do preto velho. Tal acesso passa a ser gradativamente substituído nas décadas de 1970/80 por um projeto político de poder. Tal projeto vai fazer com que essa prática da benzedeira e do preto velho - práticas populares e da periferia que são “primitivas” e “sujas” – vão ganhar legitimidade porque passam a ser cristianizadas nas igrejas.

Qual é a diferença do ponto de vista sociológico da pessoa receber o espírito santo ou receber o espírito do caboclo? Do ponto de vista sociológico, nenhuma, e do ponto de vista moral todas as diferenças. Nossa cultura forjada em quatro séculos de escravidão, negação de direitos, negação de humanidade, a milhares de pessoas – entre quatro e onze milhões – que vieram para o Brasil na condição de prisioneiros de guerra! Não eram escravos, porque aqui chegaram como consequência das múltiplas e variadas guerras coloniais perpetradas pelos países europeus no continente africano, durante centenas de anos. E nós aqui no Brasil ainda não entendemos que tudo o que vem de gente preta, de gente descendente de escravos, é algo para ser aprendido e adotado normalmente. É disso que se trata.

A partir dos anos de 1970 os neopentecostais começaram a construir um projeto de poder no país alicerçado em três bases: a fé, a religião e uma aproximação com tudo aquilo que sempre foi negativado na sociedade brasileira. Aproximam-se das práticas afro brasileiras, que são sistematicamente cristianizadas, e não trazem o mínimo de dignidade à população.

Por que no início dos anos 2000, um partido político que propunha um grande projeto social democrata no Brasil se alia à liderança dos neopentecostais, à Igreja Universal do Reino de Deus? Tal aliança cria o que chamamos de “curral eleitoral”, com presença relevante na mídia oligopolizada, e faz isso com base em nosso racismo, com base em nosso ódio, com base em nossa convicção de que é preciso manter os pretos sob controle. E hoje, quando a segunda maior bancada de deputados federais é formada por evangélicos, aliada às bancadas do “boi e da bala”, não é uma coincidência – é um projeto autoritário, um projeto de nação.

- o O o -

EVENTOS, PALESTRANTES E MODERADORES

Primeiro: CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
Palestrantes: CARLOS MOURA – CNBB
ROBERTO AMARAL - IBEP
SATURNINO BRAGA – Centro Celso Furtado
Moderador: ANTONIO CARLOS BISCAIA – Procurador e Membro do CFPBN
Link: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/04/12/painel-construcao-de-um-estado-democratico-de-direito-3/>

Segundo: SOBERANIA
Palestrantes: SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - Embaixador
FELIPE COUTINHO - AEPET
ILDEU MOREIRA - SBPC
Moderador: FRANCIS BOGOSSIAN – Ex-Presidente do CE
Link: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/05/04/painel-soberania-2/>

Terceiro: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Palestrantes: THIAGO MITIDIARI - Presidente da AFBNDES
ESTHER DWECK – Professora da UFRJ
GUILHERME ESTRELLA - Geólogo/Conselheiro do CE
Moderador: RAYMUNDO DE OLIVEIRA – Ex-Presidente do CE
Link: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/05/30/painel-desenvolvimento-economico/>

Quarto: DIREITOS CIVIS E INCLUSÃO SOCIAL
Palestrantes: SONIA FLEURY - FGV/Fiocruz
CÂNDIDO GRZYBOWSKI – IBASE
ROSIANE RODRIGUES - INEAC/UFF
Moderador: AGOSTINHO GUERREIRO – Ex-Presidente do CE
Link: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/06/08/painel-direitos-civis-e-inclusao-social/>